



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11792 - Resumo Expandido - Trabalho - 15a Reunião da ANPEd – Sudeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado e Política Educacional

A EDUCAÇÃO COMO PRINCÍPIO DE RESSOCIALIZAÇÃO DURANTE O ESTADO NOVO: AS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS E OS DIREITOS SOCIAIS PENSADOS HISTORICAMENTE

Jacqueline de Cassia Pinheiro Lima - UNIVERSIDADE ESTACIO DE SÁ

A EDUCAÇÃO COMO PRINCÍPIO DE RESSOCIALIZAÇÃO DURANTE O ESTADO NOVO: AS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS E OS DIREITOS SOCIAIS PENSADOS HISTORICAMENTE

A intenção deste trabalho é tratar do tema da Educação, a partir de discussões à luz da história das políticas educacionais, observando como historicamente a relação educação e pobreza vem traçando um caminho oposto em suas dimensões de valores. O período escolhido é o Estado Novo (1937-1945), por se tratar de um panorama que se estende em uma longa duração.

Pensar o presente a partir do passado e refletir seus desdobramentos possivelmente futuros. Nossa preocupação está em colocar a Educação em discussão interdisciplinar sobre a própria função e sua relação com os Direitos Sociais. Muito nos interessa observar tanto o cotidiano das escolas, em especial dos estudantes, como forma de inclusão e democratização da educação, bem como o papel da escola e da educação não formal, em seus processos de formação cultural para tentar promover a diminuição das desigualdades. Para tanto, faz-se necessário, observar um período anterior, onde a pobreza se coloca como um problema social e atinge à esfera da Educação.

A principal questão orientadora deste trabalho está em entender como os Direitos Humanos e Sociais podem definir-se como expressão de uma perspectiva cidadã que expressa e concretiza um projeto definido em bases contrárias desde os anos 30 do século XX. Período em que a pobreza começava a ser vista como um problema social e os processos de educação ou “reeducação” das classes populares interessavam como política assistencial.

Para tanto, nossa proposta de trabalho está em pesquisar o processo de educação no

período do Estado Novo a fim de refletir os problemas da Educação atual, visto que ao mesmo tempo em que Getúlio Vargas propõe uma visão ditatorial da Educação, é no século XX que ela encontra uma renovação pedagógica somada a uma ideologia libertária, onde o saber e o conhecer andam juntos e o conhecimento, que busca uma verdade no todo, de forma cidadã (VEIGA, 2012:3). A Filosofia, em conjunto com a História permite que se faça uma ação educativa consciente (LUCKESI, 2011) e essa consciência deve dar meios de se interpretar o mundo cotidianamente.

Questões como sociabilidade ou a perda dela e a relação do indivíduo com sua identidade como ser social também são manifestações que surgem no cotidiano da educação. Desta forma, aliar o contexto histórico e suas relações com o espaço educacional, faz-se necessário por conta das observações de espaços formais e não-formais de educação. Presente (identitário), passado (memória), futuro (projeto), se entrelaçam na tentativa de redemocratização do espaço, bem como em sua absorção (VELHO, 1994).

É nesta perspectiva de cidadania, que buscamos a ideia de “ética universal” proposta por Paulo Freire, entrelaçando Educação, Filosofia e História para perseguir a proposta de cidadania e Direitos.

O período do Estado Novo tornou-se um grande espectro para desempregados e pobres e teve como meta, através de realizações como os Albergues e modelos habitacionais, uma reorganização da educação e da assistência, tanto que fez com que fosse decidido criar um Departamento de Reeducação e Assistência Social, que, dentre outras coisas, deveria estudar e colaborar no plano de extinção das favelas, bem como criar novas alternativas de habitação popular.

A questão fica bastante clara nas ações do governo, principalmente no Rio de Janeiro, pois se a falta de emprego, a falta de habitação e a falta de condições financeiras são tratadas juntas, como uma doença, como um problema social, mostra-se que há uma preocupação ideológica e específica com estes “doentes morais”, que deveria ser tratada com políticas públicas, seja pela saúde ou educação.

Um relatório produzido no ano de 1941 evidencia sugestões que Victor Tavares de Moura chama de “preventivas” e “realizadoras”. Entre as medidas preventivas estavam soluções reeducadoras e controladoras, como por exemplo, “forte campanha de reeducação social entre os moradores das favelas, de modo a corrigir hábitos pessoais de uns e incentivar a escolha de melhor moradia” (PARISSE, 1969: 66). Como ação realizadora, “Casas provisórias [...] e para elas transferidos os moradores dos casebres [...]” (PARISSE, 1969: 66-67).

O modelo de homem ao qual Moura se referia, ao seu ver, era:

É normal existirem em todas as grandes cidades indivíduos que, por motivos diversos, quais sejam: falta de educação, de saúde e de orientação, falta trabalho, indolência, vícios sociais, ambiência, etc.,

não conseguiram ajustar-se, como é necessário à vida social, pelo menos dentro de um padrão mínimo, exigido pela dignidade humana (MOURA, 1941).

Portanto, o ideal de justiça social caracterizava-se como um problema coletivo. Como mostra Gomes (1999), o trabalhador deveria merecer todos os auxílios para uma melhor condição de vida: saúde, alimentação, habitação, educação, para que não se tornasse um obstáculo ao desenvolvimento da nação. Segundo a autora, a educação deste homem passava por noções de moral, trabalho e disciplina. Esta aqui compreendida como técnica e exercício de poder. “É a individualização pelo espaço, a inserção dos corpos em um espaço individualizado, classificatório, combinatório” (FOUCAULT, 1979: 105-106).

A relação da pobreza com doença e insalubridade foi o que levou o primeiro governo Vargas a investir em ações sociais relacionadas à saúde, educação, habitação e trabalho. A busca pela cidadania, com valores morais e sociais próprios, só seria alcançada, em sua visão, se fossem adotadas medidas de socialização que garantissem a unidade nacional. E são modelos inversos que observamos até os dias atuais.

Porém, tal busca pela cidadania vai de encontro às propostas nas quais esta ideia só se concretiza se abarcarmos na extensão da existência o compartilhamento dos bens materiais, simbólicos e sociais (SEVERINO, 1992: 10-12), passando pelas esferas do poder, mas sem este aprisionar, como na Era Vargas, mas vendo a necessidade de uma constante reconstrução.

Se observarmos no ontem e no hoje, a “ética universal” de Freire apontada anteriormente, traz um respeito ao lugar do educando, respeitando, então, o que Bourdieu (1997) chamaria de Capital Cultural. A História da Educação pode, assim, nos fazer compreender e sobrepor ao apagamento das lutas e contradições sociais. O dissenso, como propõe François Lyotard (2015) faz com que compreendamos as narrativas e seu entrelaçamento com a Educação em momentos como estes.

Palavras-Chave: Educação e Direitos – Estado Novo – Políticas Educacionais – Pobreza

Referências:

- BOURDIEU, P. *Capital Cultural, Escuela y Espacio Social*. México: Siglo Veinteuno, 1997.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. Saberes necessários á prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *A Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. *Filosofia da Educação*. São Paulo: Cortez, 2011.
- LYOTARD, Jean François. *A Condição Pós-Moderna*. José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 2015.

MOURA, Vitor Tavares. *Esboço de um Plano para estudo e solução do problema das favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1941, mimeo.

PARISSE, Lucien. *Favelas do Rio de Janeiro – Evolução e Sentido*. Rio de Janeiro: Centro Nacional de Pesquisas Habitacionais. (Caderno do CENPHA, 5), 1969.

SEVERINO, Antonio Joaquim. “A Escola e a Construção da Cidadania. In: SEVERINO, Antonio Joaquim et al. (org). *Sociedade Civil e Educação*. Campinas: Papirus/Cedes; São Paulo: ANDE/ANPED, 1992.

VEIGA, Itamar Soares. “Um paralelo entre Filosofia Política e Educação. Uma contribuição à definição de Filosofia da Educação”. *IX ANPED Sul*. Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012.

VELHO, Gilberto. “Memória, Identidade e Projeto”. In: *Projeto e Metamorfose: Antropologia das Sociedades Complexas*: Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1994.